

04 OUT 1994

Contas equilibradas

Com - Brasil

JORNAL DA TARDE

As contas públicas, cujo desequilíbrio levou ao fracasso todos os planos de estabilização tentados no passado, não apresentam, pelo menos até agora, nenhuma ameaça ao Plano Real.

Temiam os técnicos do Tesouro Nacional e da Receita Federal que, com a queda da inflação após a chegada do real, alguns tributos de grande importância para a arrecadação nos tempos de inflação alta, como o IPMF e o IOF, passariam a render bem menos, com fortes consequências negativas sobre as contas públicas. Os números da arrecadação em julho pareciam mesmo indicar que isso ocorreria. Mas em agosto a receita tributária apresentou uma notável recuperação, que, de acordo com dados preliminares, se acentuou em setembro.

No mês passado, a receita tributária da União chegou a R\$ 5,6 bilhões, superando o recorde de R\$ 5,5 bilhões registrado em agosto e representando 37% mais do que o total arrecadado em setembro do ano passado.

Um dos motivos que explicam o aumento da receita nos dois últimos meses é a manutenção, pela Secretaria da Receita Federal, de seu programa de severo combate à sonegação. No que se refere especificamente ao IPMF, os técnicos da Receita atribuem os bons resultados à política cambial, que, ao manter o real valorizado em relação ao dólar, obrigou os que aplicavam no mercado formal ou informal da moeda norte-americana a transferir suas aplicações para o mercado do real e, assim, a recolher os tributos devidos. Decisões judiciais, por sua vez, explicam o aumento da arrecadação da Cofins.

Mas a principal causa dos recordes batidos pela arrecadação tributária da União é o aquecimento da atividade econômica produzido pelo aumento do consumo das camadas mais pobres da popula-

ção, cuja renda real cresceu como decorrência da queda da inflação.

O aumento da receita permitiu que o Tesouro Nacional fechasse suas contas de agosto com um superávit de R\$ 354,1 milhões. Se esse resultado se mantiver até o final do ano, o governo conseguirá manter suas contas equilibradas em 1994, o que é essencial para o êxito do Plano Real.

Equilibradas as contas do Tesouro, não tem havido, desde a entrada em circulação do real, nenhuma pressão do setor público para a emissão de moeda e, portanto, sobre a inflação. O aumento da quantidade de moeda na economia tem sido provocado apenas pelo fenômeno da monetização, isto é, o desejo das pessoas de ficar com mais dinheiro em sua carteira ou na sua conta bancária porque a inflação caiu.

Esse desejo, tanto maior quanto maior for a confiança na moeda, não podia ser dimensionado com exatidão pela equipe econômica, que fixou metas apertadas demais para a emissão de reais. Em agosto, o governo viu-se obrigado a utilizar a margem adicional de 20% para a meta monetária, prevista na medida provisória de criação do real, e é possível que, até o final do ano, amplie a margem para 50%. Isso porque, embora tenha perdido boa parte do ímpeto inicial, a monetização ainda não se esgotou e, no final do ano, há pressões tradicionais sobre a moeda, por causa do 13º salário e das compras de Natal.

Embora até agora confortável, a situação das contas públicas tem exigido um severo controle das despesas, até mesmo com sacrifício de alguns serviços. O equilíbrio, como temos dito, é muito precário. Qualquer descuido trará o déficit de volta. O equilíbrio só será permanente depois das reformas estruturais do setor público, que é a prioridade número um do novo presidente, Fernando Henrique Cardoso.